

A difusão da Escola Inglesa na América Latina: a EI e o discurso diplomático brasileiro

The diffusion of English School in Latin America: ES and the Brazilian diplomatic discourse

Emerson Maione de Souza¹
Jéssica Rezende Máximo²

Resumo

O presente artigo pretende analisar a influência da Escola Inglesa no discurso diplomático brasileiro e, assim, sua política externa. Nesse sentido, almeja-se examinar a utilização desta abordagem teórica e de sua agenda de pesquisa na produção de conhecimento sobre relações internacionais e na prática diplomática do Brasil. Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa que almeja analisar a difusão da Escola Inglesa entre as academias e a prática diplomática latino-americanas. Todavia, nesta fase preliminar da pesquisa, focaremos no tema específico supracitado: política externa e discurso diplomático brasileiro.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais; Escola Inglesa; Brasil; América Latina

Abstract:

This paper intends to analyse the influence of the English School in Brazilian diplomatic discourse and, hence, its foreign policy. In this sense, it aims to analyse the use of this approach and its research agenda on the knowledge production about international relations and on the diplomatic practices of Brazil. This paper is part of a research project that aims to analyse English School's diffusion on Latin American scholarship and diplomatic practice. However, on this preliminary stage of the research we will focus on the aforementioned specific issue: Brazilian foreign policy and diplomatic discourse.

Key-words: International Relations Theory; English School; Brazil; Latin America.

1. Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi pesquisador visitante no Institute of the Americas, University College London (UCL).

2. Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio)

Introdução

O presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa que pretende analisar a difusão da Escola Inglesa entre a produção intelectual e os debates diplomáticos latino-americanos sobre as relações internacionais. Assim, esta pesquisa almeja examinar a utilização desta abordagem teórica e de sua agenda de pesquisa na produção de conhecimento sobre relações internacionais da América Latina. Este artigo, contudo, recorta este tema mais amplo para abordar, de forma mais detalhada, a presença da Escola Inglesa no discurso diplomático brasileiro.

Apesar de a política internacional ter sido foco de interesse de tomadores de decisão e intelectuais latino-americanos desde época anterior à formação dos Estados na região, o estudo das relações internacionais (assim como da Ciência Política) tem uma história mais recente na América Latina. Estes estudos deram-se através do diálogo com entendimentos das relações internacionais ao redor do globo (através da formação intelectual e do trabalho profissional de diplomatas e acadêmicos), o que permitiu a construção de um híbrido latino-americano, que *picks and chooses* e traduz conceitos teóricos de diferentes tipos de abordagens e compreensões de mundo; assim mesclando contribuições e criando novas compreensões latino-americanas do que constitui o internacional (Tickner, 2002, 2009).

Dentro deste contexto, este artigo procura examinar a presença da Escola Inglesa neste híbrido latino-americano. O trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e da conclusão: a primeira é uma introdução aos principais conceitos da Escola Inglesa, destacando-se a sua ênfase na tradição grociana das RI; a segunda faz um breve histórico dos estudos das relações internacionais na América Latina e no Brasil; e a terceira analisa o papel da Escola Inglesa dentro do discurso diplomático brasileiro. A metodologia deste trabalho consiste, então,

em uma pesquisa analítica, que busca identificar o espaço ocupado pela Escola Inglesa dentro do discurso diplomático brasileiro por meio de entrevistas com embaixadores e acadêmicos brasileiros e de estudo crítico bibliográfico de obras referentes à Escola Inglesa e ao discurso diplomático brasileiro. Posteriormente, os objetivos mais amplos do projeto de pesquisa serão incluídos neste trabalho, que discutirá como os conceitos da Escola Inglesa foram incorporados pela academia e diplomacia latino-americanas.

A Escola Inglesa e a Tradição Grociana

Desde o final dos anos 1950, a Escola Inglesa é formada por um grande grupo de acadêmicos, baseados geograficamente, em sua maioria, no Reino Unido; que concordam em tratar a perspectiva da sociedade internacional como uma importante forma de interpretar a política mundial. Entre os autores de sua primeira geração, estão Charles Manning, Martin Wight, Hedley Bull, Adam Watson, Alan James e John Vincent. Entre os autores recentes, podemos citar Andrew Hurrell, James Mayall, Robert Jackson, Tim Dunne e Nicholas Wheeler (Suganami, 2003: 256-7)³. A Escola Inglesa é identificada por sua ênfase no conceito de sociedade internacional e nas chamadas três tradições. Conforme desenvolvido por Hedley Bull (1977: 13), tal conceito pressupõe a existência de um grupo de Estados que se consideram ligados por certos valores e interesses comuns. Seu relacionamento acontece por um conjunto comum de regras e instituições. Essa ênfase demonstra as preocupações normativas dos membros da Escola Inglesa com as regras, normas, leis e princípios de legitimidade que sustentam a ordem mundial.

3. Sobre a história da Escola Inglesa e seu desenvolvimento, ver Dunne (1998), Souza (2003), Linklater e Suganami (2006) e Buzan (2014).

Nesse sentido, ao se analisar um determinado contexto internacional a Escola procura focar na prática, ou seja, os significados e as justificações que os agentes dão para suas ações. E, ao mesmo tempo em que procura enxergar a historicidade de tais práticas, busca apoio na teoria política internacional para informar sobre as bases dos julgamentos morais destas ações e sobre o estado em que estamos (Dunne, 2005: 170). A sociedade internacional reflete um ordenamento precário e difícil de ser mantido, mesmo quando suas instituições funcionam adequadamente. Ela varia não somente de acordo com as mudanças na distribuição de poder, como nos dizem os realistas, mas, principalmente, com as mudanças dos princípios de legitimidade que estão em sua base.

Há uma tensão subjacente à ordem internacional. Isso porque as três tradições da política mundial – revolucionista, racionalista e realista – convivem simultaneamente. A tradição revolucionista, representada, entre outros, no pensamento internacional por Kant, o qual acredita que a unidade moral essencial não é o Estado, mas os indivíduos. Os revolucionistas ou universalistas, dependendo da sua vertente (marxista-leninista, jacobina, fascista, liberal) pregam a solidariedade ou o conflito transnacional, que atravessam fronteiras. A tradição realista, representada por Maquiavel e Hobbes, destaca o elemento do conflito e da guerra nas relações internacionais. Para a Escola Inglesa, toda política é política de poder. A tradição racionalista, cujo representante máximo é Hugo Grócio, é descrita por Martin Wight (1966: 91) como uma *via media* entre as duas tradições. Os racionalistas são os maiores defensores da ideia de uma sociedade internacional. Enfatizam os elementos da cooperação, da diplomacia e do comércio. Para Wight (1991) as três tradições de pensamento refletiam a interpenetração entre a teoria e a prática da política: a teoria, através da análise e classificação de escri-

tos dos teóricos das respectivas tradições; a prática, através da análise dos discursos e das ações de diversos estadistas.

O Estudo das Relações Internacionais na América Latina e no Brasil

Como já introduzido, o estudo das relações internacionais na América Latina é de formação recente, sendo que sua institucionalização data da década de 1960. Os antecedentes à formalização destes estudos datam da década de 1930, quando da criação do primeiro centro de estudos latino-americano de assuntos internacionais, fundado por um grupo de acadêmicos chilenos inspirados pelo aumento do grau de participação da região nas relações internacionais através da Liga das Nações e da Organização Mundial do Trabalho (Lagos, 1980).

A experiência internacional da América Latina instigou a elite intelectual latino-americana das décadas seguintes a formular maneiras de entender seu processo de inserção e interação com o internacional. Assim surge, no seio da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), intelectuais que se dedicam a entender e a criar bases de ação para política externa e o desenvolvimento da América Latina. Este pensamento logo se ampliou através de trabalhos conduzidos em outras instituições e organizações, como a UNCTAD, o BID e a CECLA. O interesse por temáticas das relações internacionais tem crescido entre intelectuais e diplomatas latino-americanos desde então (Lagos, 1980).

Nesse contexto, a partir da década de 1960, as relações internacionais passam a se constituir como uma área de estudos dentro das academias de vários países latino-americanos. O esforço conjunto da região na criação de saber desta área pode ser visto na instituição da rede de centros acadêmicos RIAL (Programa de Estudos Conjuntos sobre as Relações

Internacionais da América Latina), em 1977⁴, para a promoção do ensino e da pesquisa de relações internacionais na América Latina, objetivando a formação de profissionais capacitados a trabalhar na diplomacia e na academia da região. Novos centros de pesquisa, cursos universitários e de pós-graduação nacionais e regionais foram criados nas décadas seguintes (Tomassini, 1980; Tickner, 2002, 2009).

No caso do Brasil, a formação do quadro de diplomatas nacionais é instituída de forma separada da institucionalização do estudo das relações internacionais na academia. Isto se dá com a criação de um instituto de formação para os selecionados no concurso público⁵ à carreira diplomática brasileira, o Instituto Rio Branco, de 1944, dentro do Ministério das Relações Exteriores – o Itamaraty. Todavia, estes diplomatas não se isolavam dos debates intelectuais que ocorriam no Brasil, na América Latina e no mundo, havendo grande troca de experiências entre a academia e a diplomacia brasileira⁶. Não por acaso, como veremos na próxima seção, os trabalhos acadêmicos de diplomatas serão importantes na divulgação dos estudos da Escola Inglesa no Brasil, a partir dos anos 1980.

Sob os auspícios do regime militar, o estudo das relações internacionais na academia brasileira surge em meados dos anos 1970, quando a academia passa a buscar a compreensão do contexto internacional no qual o Brasil se inseria (caracterizado pela guerra fria, crise da hegemonia estadunidense, crescimento da tendência à multipolaridade nos campos econômico e político) (Hirst, 1992; Herz, 2002) e o entendimento de sua própria posição no mundo (que passava, naquele momento, pelo gran-

de crescimento do país devido ao “milagre econômico”) (Miyamoto, 1999).

Esta busca inicia a institucionalização da esparsa literatura já existente no país sobre temas de relações internacionais e política exterior⁷ na medida em que culmina na criação, em 1973, de cadeiras de Relações Internacionais e Política Internacional em alguns cursos de Ciências Sociais em São Paulo; e, em 1974, na criação do primeiro curso universitário de RI e, em 1976, a pós-graduação em História das Relações Exteriores do Brasil pela Universidade de Brasília – UnB (Miyamoto, 1999).

O primeiro curso universitário de Relações Internacionais no Brasil foi criado na UnB, em 1974, a partir de contribuições substantivas de acadêmicos de diversos campos de conhecimento (historiadores, cientistas políticos, especialistas em direito internacional e economistas) (Herz, 2002) e de diplomatas do Itamaraty. Num contexto em se que ensaiava a abertura do regime militar brasileiro (Miyamoto, 1999), mesmo que o sistema universitário ainda fosse reprimido pelo regime de exceção que restringia os assuntos passíveis de serem abordados pela academia, houve apoio decisivo por parte do governo militar⁸ – através do Itamaraty – na consolidação deste curso (Jatobá, 2013). Assim, contou-se com a presença de vários diplomatas no corpo de professores do curso de RI na UnB durante suas duas primeiras décadas de existência (Jatobá, 2013).

Em meio a este contexto de apoio à institucionalização da área, foram promovidos vários congressos e painéis de temática internacional, levados a cabo por instituições governamentais, universidades e centros de pesquisas nacionais e agências

4. Que manteve suas atividades até a década de 1990 (Tickner, 2002, 2009).

5. O concurso público para a seleção dos diplomatas brasileiros foi instaurado em 1931.

6. Ver o trabalho de Pinheiro & Vedoveli (2012) que debate o status dos diplomatas brasileiros também como intelectuais e seus interlacs com a academia brasileira.

7. Principalmente no que tange a história diplomática brasileira (Almeida, 1993), estudos geoestratégicos e militares (Miyamoto, 1999; Jatobá, 2013), questões relacionadas à Bacia do Prata (Miyamoto, 1999) e trabalhos inspirados pelo pensamento cepalino (Herz, 2002).

8. O apoio dos militares se deu em função da busca pelo fortalecimento do Estado e de suas capacidades na qual as universidades desempenhavam papel estratégico (JULIÃO, 2009)

de fomento nacionais e internacionais (como a Fundação Ford). Estes seminários contavam com a presença de acadêmicos brasileiros e estrangeiros (os *brazilianistas*) e produziam anais e revistas da temática. Um destes seminários, em 1978, foi o fundador do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (Miyamoto, 1999). Em meados dos anos 1980, o crescimento do campo se deu em outras áreas do país; foram criadas novas cadeiras e programas de graduação e pós-graduação em RI no centro-oeste, sudeste e no sul do país; e também o Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Miyamoto, 1999).

O fim da ditadura e o início do processo de abertura e internacionalização da economia brasileira, no final dos anos 1980 em diante, foi o ambiente de expansão dos programas de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil, sendo os anos 2000 representantes de um *boom* nos cursos de graduação em Relações Internacionais (Herz, 2002; Julião, 2012), em conformidade com o crescimento do ensino superior em geral no Brasil (Barasuol, 2012). Atualmente, espalhados por todas as regiões do Brasil, há 126 programas de graduação em RI e a pós-graduação em RI conta com 12 mestrados e 6 doutorados. A Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), criada no ano de 2005, tem buscado consolidar e formalizar a área no Brasil através de diversas maneiras: formalização curricular, promoção de fóruns e eventos, criação de redes regionais etc. (Jatobá, 2013).

Esta primeira seção se encerra com anseios futuros de analisar o espaço da Escola Inglesa dentro das academias e da diplomacia no Brasil e na América Latina. Apesar de obtermos dados de alguns estudos sobre a utilização da Escola Inglesa no ensino e na produção latino-americana sobre as relações interna-

cionais (Tickner, Cepeda & Bernal, 2012; Barasuol, 2012), obtivemos poucas respostas das entrevistas enviadas a acadêmicos e diplomatas. A próxima seção se deterá ao tema no qual a pesquisa mais avançou até o presente momento: a presença da Escola Inglesa no discurso diplomático brasileiro.

A Escola Inglesa e o Discurso Diplomático Brasileiro

Desde o lançamento do livro de Hedley Bull, *The Anarchical Society*, em 1977, alguns diplomatas e acadêmicos brasileiros passaram a utilizá-lo como fonte para suas análises. De forma esparsa e isolada, pois nossos levantamentos indicam a princípio que não houve maiores debates ou repercussões da publicação sobre o livro no Brasil. Como vimos na seção anterior, o estudo das Relações Internacionais nos anos 70 e 80 ainda era incipiente no país. O diplomata José Guilherme Merquior, que a época servia na embaixada brasileira em Londres, estava escrevendo sua tese do Centro de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, intitulada *O Problema da Legitimidade na Política Internacional*, de 1979 (ver Merquior, 1993) e já incorpora o livro de Bull à sua análise da questão da legitimidade internacional. Talvez mais significativamente, Merquior é um dos responsáveis por apresentar os trabalhos de Bull a dois dos principais autores que serão importantes na difusão da Escola Inglesa no Brasil: Celso Lafer e Gelson Fonseca Jr. (entrevista com Lafer, 2013; e entrevista com Fonseca Jr., 2013). É para o trabalho destes dois autores que nos voltaremos a seguir.

Celso Lafer, advogado e cientista político, é professor emérito e aposentado pela Universidade de São Paulo - USP. Desde o início dos anos 1970, Lafer publica trabalhos sobre Relações Internacionais, sendo um dos pioneiros da área no Brasil, e desde meados desta década volta-se especificamente

para a análise do problema da ordem internacional e suas implicações para a política externa brasileira. Por isso, Lafer conta que, no contexto de diálogos sobre teoria das relações internacionais, Merquior lhe enviou o *The Anarchical Society*, quando foi publicado, por considerar que o livro de Bull seria útil para o aprofundamento do tema da ordem mundial que ele havia analisado anteriormente num ensaio intitulado “Ordem, poder e consenso, caminhos da constitucionalização do Direito Internacional” (Lafer, 1977: cap. 3). Nas palavras de Lafer:

Foi muito pertinente a sugestão de José Guilherme [Merquior], pois um dos méritos da proposta analítica de Bull é a da existência de uma sociedade internacional que vá além do sistema interestatal, pois este sistema interestatal vai criando, por mútuo acordo, normas e instituições para a conduta de suas relações e reconhecem um interesse comum na manutenção destes arranjos para a vida internacional. É a existência destas normas e instituições, destes arranjos, que configuram uma sociedade internacional. Esta enriquece o conceito do sistema, permitindo que a análise das relações internacionais não se veja limitada apenas à discussão das relações de poder entre os estados, incorporando ao mesmo tempo a historicidade e o seu impacto na configuração do sistema internacional. Foi este horizonte reflexivo que me ajudou no aprofundamento do tema da ordem mundial no ensaio que integra *Paradoxos e Possibilidades* (Entrevista com Lafer, 2013).

Este livro de Lafer, *Paradoxos e Possibilidades: Estudos sobre a ordem mundial e sobre a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*, de 1982, é possivelmente a primeira publicação no Brasil e talvez na América Latina a incorporar de maneira sistemática e consistente os trabalhos de Bull e também de Martin Wight. Assim, no capítulo III deste livro (A política externa, a paz e o legado da Grécia clássica), Lafer baseia-se no livro de Wight, *Systems of States*, de 1977, para analisar algumas modalidades históricas de estrutu-

ração da ordem internacional. É principalmente no capítulo VI (Reflexões sobre o tema da nova ordem internacional num sistema internacional em transformação), ensaio este definido pelo autor como “o núcleo básico deste livro” (Lafer, 1982: 12), que Bull e Wight são utilizados de forma extensiva. Lafer usa o arcabouço destes autores, em meio a referências de direito internacional, para formar a base teórica em que analisará a conjuntura em transformação da época e assim traçar “um quadro de possibilidades de ação”, na expressão de Fonseca Jr. (1998: 260) quando se refere a este ensaio de Lafer, para potências intermediárias como o Brasil. Assim, Lafer está entre os estudiosos que Fonseca Jr. caracteriza, dentro do quadro do desenvolvimento dos estudos das Relações Internacionais no Brasil, como o “autor que simboliza, no mundo acadêmico, a passagem definitiva do prescritivo para o analítico” (ibid.).

Neste ensaio, Lafer usa de Wight sua caracterização do sistema internacional moderno, a crítica à vertente kantiana e sua concepção de balança de poder. Com relação a Bull, é utilizada além da crítica à vertente kantiana, sua análise do gerenciamento da ordem pelas grandes potências, e sua análise do papel do direito internacional. Na conjuntura do início dos anos 1980, Lafer (1982) busca analisar o conteúdo do debate sobre a nova ordem então em discussão, o alcance das reivindicações trazidas pelas demandas dos países subdesenvolvidos e o significado do processo de negociação em curso. Na sua visão, que também refletia uma visão amplamente compartilhada à época, aquele período da política internacional passava por uma disjunção entre ordem e poder. Tal disjunção advinha da perda gradual de legitimidade que cada superpotência enfrentava em seus respectivos blocos de poder, sistemas intrainperiais, na terminologia de Helio Jaguaribe, que era outra referência importante para Lafer. Isto se refletia na crescente dificuldade no

exercício da hegemonia por parte das grandes potências (ibid.: 100).

A esta questão intrainperial somava-se outra, que na época acreditava-se ser uma difusão de poder: a relativa diminuição do poderio norte-americano e o relativo acréscimo de poder soviético. Em função de todas estas dificuldades das grandes potências e em função da consequente disfunção entre ordem e poder, as grandes potências apresentavam dificuldades de “simplificar a pauta da vida internacional” (que, segundo Hedley Bull, citado por Lafer, seria uma das modalidades de gestão da ordem mundial pelas grandes potências – fazendo prevalecer temas e assuntos de seus interesses em detrimento dos interesses de outros Estados). Assim, Lafer pergunta: o que significa esta complexidade da pauta da vida internacional? “Significa que, dadas as redistribuições de poder que se verificaram no sistema internacional, novas demandas e novos interesses têm que ser efetivamente levados em conta” (ibid.: 106). Isso abria possibilidades para os países subdesenvolvidos e especialmente as potências intermediárias, como o Brasil, terem uma participação efetiva na elaboração de uma nova ordem mundial.

O tema da nova ordem era um debate sobre “a estrutura desejável das relações econômicas no mundo”, segundo citação de Robert Cox feita por Lafer. Este via que todos esses *paradoxos* apontados representavam também *possibilidades*, ou seja, recursos de poder para os países subdesenvolvidos na dinâmica do processo de negociação da nova ordem mundial (ibid.: 133). Assim a tese central de sua análise, afinada com o discurso oficial do Itamaraty na época, era de que havia necessidade de uma ação conjunta do Brasil com outros países intermediários para que juntos pudessem ser protagonistas da necessária “dimensão reformuladora” da ordem em transformação. Estes países possuiriam as características necessárias para exercerem “o papel de pon-

te entre tendências contrapostas – a oligopolização e a anarquia, que hoje ameaçam fraturar o sistema internacional”. As potências intermediárias teriam a capacidade de “catalisar uma outra compatibilização de interesses, distinta da que vem caracterizando a gestão do sistema interestatal pelas grandes potências (...). Esta compatibilização de interesses precisará dar nova forma e novo conteúdo à ordem mundial através das possibilidades de variação da desordem, trazidas pela complexidades das reivindicações igualitárias e democráticas dos países subdesenvolvidos” (ibid.: 143-4).

Como hoje sabemos, as potências intermediárias não puderam ou não souberam dar nova forma e conteúdo às suas reivindicações igualitárias e democráticas. Entretanto, para nossos objetivos cabe destacar o ganho analítico, reconhecido pelo próprio autor em citação acima, sobre o tema da ordem internacional que proporcionou a incorporação dos conceitos trabalhados por Bull. Assim, tanto Lafer (ver também Lafer, 1984; 1989) quanto Fonseca Jr. (1987) buscavam se aprofundar no tema da ordem internacional para nela achar os espaços de autonomia⁹ possíveis para potências intermediárias como o Brasil. Acreditava-se que, como vimos, estas podiam servir de pontes entre tendências opostas no sistema internacional e assim ajudar a formar “consensos”, importantes para se levar adiante uma cooperação multilateral em crise nos anos 1980. Posteriormente, Lafer buscará enfatizar esse potencial de formar consensos da política externa brasileira em sua gestão como ministro das Relações Exteriores em 1992, como por exemplo, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92).

9. O conceito de “autonomia” é fundamental para se compreender o pensamento latino-americano em Relações Internacionais e, consequentemente, crucial para se entender os debates em torno da política externa brasileira, principalmente a partir dos anos 1950/60. Para referências importantes sobre o tema ver Moura (1982); Hurrell (1986); Tickner (2003 e 2008); Vigevari e Cepaluni (2009).

As visões brasileiras sobre a sociedade internacional do pós-guerra fria

Conforme destacado por José María Arbilla (2000), no pós-guerra fria, os quadros conceituais da política externa brasileira, assim como a da Argentina, foram atualizados visando incorporar os chamados “novos temas da agenda global” – meio ambiente, terrorismo, narcotráfico, direitos humanos e reformas de mercado – gerados principalmente a partir do primeiro mundo. Nessa seção examinaremos como os conceitos da Escola Inglesa foram incorporados nesses debates sobre os marcos conceituais da política externa brasileira e como isso tem colaborado para a sua difusão no Brasil.

Conforme demonstramos acima, o aprofundamento da análise sobre a ordem internacional, nos anos 1970 e 1980, foi fundamental para que Lafer e Fonseca Jr. tornassem-se dois dos principais analistas sobre a Nova Ordem Internacional do pós-Guerra Fria no Brasil – tanto que Ribeiro (2011: 89), ao analisar o discurso brasileiro sobre as Relações Internacionais nos anos 1990, destacou o que ela chama de o “modelo de Lafer e Fonseca”. Para estes autores o período do pós-guerra fria é marcado por incertezas e se, num primeiro momento foi otimista, com a perspectiva de funcionamento do sistema de segurança coletiva durante a Guerra do Golfo e com a leitura de Francis Fukuyama sobre o chamado “fim da história”; num segundo momento se mostrou pessimista com vários conflitos étnicos, como na Bósnia, e agora marcado pela leitura de Samuel Huntington sobre o “choque de civilizações”. Destacam que é preciso saber responder de maneira rápida e eficiente a esta nova configuração das polaridades indefinidas, como se tivessem buscando um novo projeto de modernização do Estado, agora também através da política externa “só com uma visão própria, portanto autônoma, do processo in-

ternacional, teremos condições de influenciar e de nos valer dessas *indefinições*” (1994:71; ênfases no original). Assim, como nos anos 1980, buscam o lugar das potências intermediárias para influenciar os processos decisórios internacionais.

Ambos os autores veem que a globalização apresenta tanto perigos quanto oportunidades. Criticam a globalização e a nova ordem liberal por tirarem da pauta internacional temas importantes para os subdesenvolvidos como o desenvolvimento, mas, por outro lado, “a autonomia só será exercida com sucesso se levarmos em conta a necessidade de aceitar a inevitabilidade da globalização e soubermos aproveitar a sua dinâmica” (1994:71). Acreditam que “a especificidade do Brasil é compatível com as *forças profundas dos processos de globalização*” e que, portanto, “participar e ativamente dos processos de globalização é algo que se pode fazer sem que se perca o sentido de escolha política (1994:77; ênfases no original).

Possivelmente, o livro que mais divulgou a Escola Inglesa no Brasil é o do embaixador Gelson Fonseca Jr. *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais*, de 1998. Além de ter um capítulo em que discute o conceito de ordem internacional a partir das ideias de Hedley Bull, suas análises da legitimidade internacional são baseadas nos autores da Escola Inglesa, principalmente em Martin Wight em seu capítulo “International Legitimacy” do livro *Systems of States*. O livro foi influente, pois além de textos introdutórios que foram adotados para os alunos da graduação, ele trazia uma discussão conceitual sobre a política externa brasileira que se tornou referência por cunhar termos e expressões que passaram a serem referidos tanto nos debates acadêmicos quanto nos círculos diplomáticos.

Suas principais contribuições para o debate são as suas caracterizações do comportamento diplomático brasileiro como sendo de “autonomia pela distância” (durante a Guerra Fria) e “autono-

mia pela participação” (no pós-Guerra Fria). A autonomia pela distância se expressava, em primeiro lugar, por uma distância em relação às ações do Bloco Ocidental quando dizia respeito à engajamentos militares; em segundo, significava manter uma atitude crítica em relação às superpotências. Para Fonseca Jr. (1998: 362), “porque a força não estava no repertório das formas de presença brasileira no mundo, ganhávamos o poder da legitimidade (apoiávamos as maiorias multilaterais em temas como a autonomia palestina, a condenação do *apartheid* ...). A soma dessas atitudes definia o perfil internacional do país”. Essas eram atitudes defensivas, a manutenção de uma distância “qualificada” (ibid.: 360). Se participávamos dos regimes internacionais era mais pela condição de “carona” do que por ter arcado com os custos da ação coletiva (Lima, 1990). No pós-Guerra Fria, contudo, a política externa brasileira engajou-se propositivamente na ordem multilateral de então, passando a buscar o que ficou conhecido por “autonomia pela participação”. Nesse diapasão, o país busca participar da formulação das regras internacionais e não apenas se defender se distanciar de regras que eram feitas por outros e que poderiam interferir com a autonomia. Para Fonseca Jr., são exemplos dessas “atitudes positivas” a forma como o Brasil lidou com os chamados “novos temas”, principalmente na Rio-92 e na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena 1993, onde sua diplomacia teria agido de modo a garantir consensos, para que impasses fossem superados. Para o autor, estas

são questões que só existem porque refletem a necessidade de regras que expressem a dimensão social do internacional. Houve, em determinados momentos, sobretudo os iniciais da composição da agenda, em que algumas dessas regras eram vistas com apreensão pela diplomacia brasileira, como tivessem a marca de uma imposição exterior que levasse a constrangimentos e limitações à autonomia. Creio que isto foi se dissolvendo e, gradual-

mente, a política externa brasileira retoma a sua vocação de participar do esforço de construir regras, de tornar a sociedade mais sociedade... (Entrevista com Fonseca Jr., 2013).

As mudanças ocorridas na política externa geraram um debate sobre, afinal, qual seria o paradigma conceitual que passou a guiá-la no pós-Guerra Fria. Seria o tradicional realismo que orientou a política externa brasileira ao longo do século XX (Lima, 1994; Silva, 1995) ou outras abordagens e paradigmas estariam influenciando a atuação brasileira? Como qualificar a atuação brasileira na década de 1990? Dentre estas contribuições, alguns analistas e diplomatas passaram a identificar a presença de “um componente grotiano significativo na política externa brasileira” (Goffredo Junior, 2005: 98). Celso Lafer destacou, por exemplo, “as constantes grocianas” da atuação brasileira no plano multilateral e, por diversas vezes, se refere à ação do Barão do Rio Branco como inaugurando um estilo grociano que, a seu ver, inspira a política externa brasileira no século XX (2000, p. 47 e 70). Nessa mesma linha, Gelson Fonseca Jr. conceitua o papel internacional brasileiro no século XX como reflexo de uma identidade complexa, mas próxima do ocidente, no que conceituou como um “liberalismo qualificado”, ou seja, “num âmbito de um capitalismo que favorecia modelos de planejamento e a intervenção política, fundado na perspectiva do Welfare State” (1998: 275).

Letícia Pinheiro (2000) sugere, em um sofisticado esforço tipológico, que estando os velhos paradigmas do universalismo ou globalismo (e sua vertente grotiana: 1961/64) e do americano (e suas vertentes pragmática: 1902/45, 1951/61 e 1967/74; e ideológica: 1946/51 e 1964/67) superados e esgotados, seja pelo fim da Guerra Fria ou pelo fim do modelo econômico de Industrialização por Substituição de Importações, a atuação internacional brasileira seria melhor caracterizada como “institucionalismo pragmático”. Para ela, a atuação brasileira

mantém, no seio do projeto neoliberal, o realismo do “desejo de autonomia”, por mais que nesse novo contexto seja colocado a frente um discurso mais principista e mesmo moral ao se enfatizar a adesão às normas internacionais. Sua hipótese é que “essas visões se completam” (ibid.: 322) e serão usadas de acordo com os interesses em jogo. Assim, no plano internacional quando atua globalmente o país teria mais ganhos em defender uma lógica multilateral; já no plano regional o país atuaria de forma a não favorecer uma maior institucionalização da região de forma a manter sua liberdade de ação.

Considerações Finais

Este artigo procurou destacar, de forma preliminar, como os conceitos da Escola Inglesa foram incorporados no debate sobre a política externa brasileira dentre os diplomatas brasileiros. Alguns dos principais conceitos da Escola Inglesa (como: As três tradições de Martin Wight, o conceito de Sociedade Internacional, o conceito e a noção histórica de legitimidade internacional, o papel das grandes potências, o papel do terceiro mundo, entre outros) foram incorporados na discussão sobre política externa no Brasil,¹⁰ o que colaborou e tem colaborado para sua difusão e para reforçar a importância de estudá-la e adotá-la nos cursos obrigatórios de Teoria das Relações Internacionais dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Como demonstra Monica Herz,

a incorporação da bibliografia e dos conceitos da Escola Inglesa é congruente com o movimento da política externa oficial que, a partir do governo Collor de Mello, ajusta a política externa brasileira às normas do sistema in-

ternacional. A introdução de uma visão mais sociológica desse sistema, proporcionada por autores como Hedley Bull e John Vincent, se inscreve no processo de construção de um discurso sobre a inserção brasileira na sociedade internacional, o que implicaria a aceitação de um conjunto de normas e instituições. Assim, enquanto o governo brasileiro ratificava os pactos da ONU sobre direitos humanos, tomava a decisão de tornar-se um membro pleno do Tratado de Tlatelolco, aderiria aos regimes de controle de tecnologia de mísseis e ao grupo de fornecedores nuclear, os conceitos da Escola Inglesa eram incorporados aos debates acadêmico e diplomático (p. ex., Fonseca Júnior, 1998) (Herz, 2002, p. 28).

Próximos passos para análise da recepção da Escola Inglesa na América Latina incluem a discussão da produção teórica que se produziu nos países da região sobre esta escola em temas como: guerra e paz; intervenção humanitária; regionalismo, etc. Bem como analisar e relacionar estas discussões teóricas com a consolidação das academias de Relações Internacionais da América Latina e as principais características da produção acadêmica da região.

Referências Bibliográficas

- ARBILLA, José María. Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994). **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, 2000, p. 337-385.
- BARASUOL, Fernanda. **Teorias de Relações Internacionais no Brasil: tendências e desafios no Ensino e na Pesquisa**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre. 2012.
- BULL, Hedley. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. London: Macmillan, 1977.
- BUZAN, Barry. **An Introduction to the English School of International Relations**. Cambridge: Polity, 2014.
- DUNNE, Tim. **Inventing International Society: A History of the English School**. New York: St. Martin, 1998.
- _____. System, States and Society: How Does It All Hang Together. **Millennium**, vol.34, nº1, 2005, p. 157-170.
- FONSECA JR. Gelson. Notas sobre a questão da ordem internacional. **Contexto Internacional**, v. 06, ano 3, 1987, p. 11-35.

10. Nossas entrevistas preliminares com pesquisadores de Relações Internacionais do Chile e da Argentina demonstram que essa é uma característica da academia e do discurso diplomático brasileiro. Eles colocam que os conceitos da Escola Inglesa (e da área acadêmica de RI, em geral) não fizeram ou fazem parte da discussão sobre política externa dos diplomatas desses países.

- _____. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **O Interesse e a Regra: ensaios sobre o multilateralismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GOFFREDO JUNIOR, Gustavo Sénéchal. **Entre Poder e Direito: A tradição grotiana na política externa brasileira**. Brasília: Funag, 2005.
- HERZ, Mônica. 2002. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil: In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, pp. 7-40, jan/jun.
- HIRST, Mônica (1992). "Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa". In: MICELI, S. (Org). **Temas e problemas de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, IDESP.
- HURRELL, Andrew. **The Quest for Autonomy: the evolution of Brazil's role in the International System, 1964-1985**. Oxford University, DPhil Thesis, 1986.
- JATOBÁ, Daniel. Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. **Relaciones Internacionales**, 22-fev/maio, 2013.
- JULIÃO, Taís Sodrin. **O Brasil no Mundo e o Mundo no Brasil: A Formação de Quadros, a Produção de Conhecimento e a Construção da Área de Relações Internacionais**. 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.
- _____. A Graduação Em Relações Internacionais No Brasil. **Revista Monções**: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Jul/Dez 2012.
- LAFER, Celso. **Comércio e Relações Internacionais**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. **Paradoxos e Possibilidades**: Estudos sobre a ordem mundial e sobre a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. Derecho y Legitimidad en El Sistema Internacional: Soberanía Nacional Y Comunidad Mundial. **Estudios Internacionales**, Abr-jun, 1989, p. 561-582.
- _____ e FONSECA JR. Gelson. Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas. In: FONSECA JR. Gelson e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II**: volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LAGOS, Gustavo. Tendencias y perspectivas del estudio de las Relaciones Internacionales: tareas para America Latina. **Estudios Internacionales**, 50 (April-June), 1980: 236-251.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A Economia Política da Política Externa Brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, ano 6, n. 12, 1990, p. 7-28.
- LINKLATER, Andrew e SUGANAMI, Hidemi. **The English School of International Relations**: a contemporary reassessment. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, 2000, p. 305-335.
- _____, VEDOVÉLI, Paula. *Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de Política Externa Brasileira*, **Política Hoje**, vol. 21, n.1, pp. 211-254.
- RIBEIRO, Andrea. **Leituras Brasileiras sobre a Nova Ordem Mundial (1989-1994)**. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV-Rio. 2011.
- SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, 1995, p. 95-118.
- SOUZA, Emerson Maione de. **A Contribuição e o Desenvolvimento da Escola Inglesa de Relações Internacionais**. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC-Rio, 2003.
- SUGANAMI, Hidemi. British Institutionalists, or the English School, 20 Years On. **International Relations**, vol.17, nº3, 2003, p.253-271.
- TICKNER, Arlene B. **Los estudios internacionales en América Latina: ¿Subordinación intelectual o pensamiento emancipatorio?** Bogotá: Universidad de los Andes, CESO, Departamento de Ciencia Política: Alfaomega Colombiana, 2002.
- _____. Seeing IR Differently: Notes from the Third World. **Millennium**, v. 32, N. 2, 2003, p. 295-324.
- _____. Latin American IR and the Primacy of *lo práctico*. **International Studies Review**, V. 10, 2008, p. 735-748.
- _____. Latin America: Still policy dependent after all these years?, in: TICKNER, Arlene B. WÆVER, Ole. **International Relations Scholarship Around the World**. Oxon: Routledge, 2009.
- _____, CEPEDA, Carolina e BERNAL, José L. **Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina**. Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Ciencia Política, *Documentos del Departamento de Ciencia Política*, Nº.19, 2012.
- TOMASSINI, Luciano. Los Estudios Internacionales en América Latina: algunas contribuciones. **Estudios Internacionales**, 52 (Oct-Dez), 1980: 545-552.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **Brazilian Foreign Policy in Changing Times: The Quest for Autonomy from Sarney to Lula**. Maryland: Lexington, 2009.
- WIGHT, Martin. Western Values in International Relations, in H. Butterfield and M. Wight (eds.), **Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics**. London: Allen and Unwin, 1966.
- _____. **International Theory: The Three Traditions**. London: Leicester University Press, 1991.

Recebido: 25/02/2015
Aprovado: 13/05/2015